

Municípios



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO

Ano XI • Número 85



2020:

**Eleitos os
novos dirigentes
municipais**



Saúde:

**Bancada Paulista prioriza
saúde no Orçamento de 2021**

PARA A SABESP,
A FÓRMULA DA ÁGUA É

HIDROGÊNIO, OXIGÊNIO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.

Desde a sua fundação,
a Sabesp traz em seu DNA
a responsabilidade social.
Levando água e saneamento
a milhões de pessoas,
causando assim
um impacto positivo,
gerando benefícios sociais
e ambientais.
É assim que atendemos
a 60% da população do estado
de São Paulo, em 375 municípios.
É assim que nos tornamos
a 3ª maior empresa
de saneamento do mundo.

PRESIDENTE:

CARLOS ALBERTO CRUZ FILHO

Vice-Prefeito e Vereador de Campinas (1997 / 2000 e 1983 / 1988)

1º Vice-Presidente: Fred Guidoni

Prefeito de Campos do Jordão (2013 / 2016 e 2017 / 2020)

2º Vice-Presidente: Geninho Zuliani

Prefeito e Vereador de Olímpia (2009 / 2016 e 2001 / 2008)

3º Vice-Presidente:

4º Vice-Presidente: Marilene Mariottoni

Vereadora de Mogi-Mirim (1989 / 2008)

SECRETÁRIO GERAL:

ANTONIO CESAR GONTIJO DE ABREU

Vereador de Barretos (1992 / 1996)

1º Secretário: SEBASTIÃO MISIARA

Vereador de Barretos (1972 / 1996)

2º Secretário: DIXON RONAN CARVALHO

Prefeito de Paulínia (2017 / 2020)

3º Secretário: DANIELA DE CÁSSIA SANTOS

Prefeita de Monteiro Lobato (2013 / 2016 e 2017 / 2020)

TESOUREIRO GERAL:

JOÃO EMILIO BUZZO

Prefeito de Mendonça (1989 / 1992 e 1997 / 2000)

1º Tesoureiro: MARCO AURÉLIO GOMES DOS SANTOS

Prefeito de Itanhaém (2013 / 2016 e 2017 / 2020)

2º Tesoureiro: MARCO ANTÔNIO PEREIRA DA ROCHA

Prefeito de Regente Feijó (2000 a 2008/2013 e 2017 / 2020)

3º Tesoureiro: PAULO SERGIO ALVES

Vereador de Vera Cruz (1997 / 2000)

CONSELHO FISCAL

THIAGO DE MORAES FERRARI

Vereador de Campinas (2009 / 2016)

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

SIGEFREDO GRISO

Prefeito e Vice-Prefeito de Jaú (1989 / 1992 e 2013 / 2016)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: WALTER CAVEANHA

Prefeito de Mogi Guaçu (1977/1982; 1989/1992; 1997/2000; 2013/2016 e 2017/2020)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente: MIGUEL ANTONIO SILVA PADILHA

Vereador de Campinas (1983/1988)

Secretário: LUIZ SOUTO MADUREIRA

Vice-Prefeito de Tietê (1988/1992)

RELAÇÕES PÚBLICAS

Dalva Christofolletti Paes da Silva

Sumário

04 Editorial

Sublimação da democracia

06 Giro Municipal

08 Matéria de Capa

As eleições da Pandemia

10 Saúde

Bancada Paulista prioriza saúde no Orçamento de 2021

13 Espaço CRA-SP

Olhares Sustentáveis: Água limpa e saneamento - ODS6

16 Espaço IPT

Suporte Tecnológico à regularização fundiária urbana

19 Os novos prefeitos e o saneamento básico municipal

20 Bem vindos gestores (as) municipais

21 Espaço Mulheres em Destaque

22 Dia-a-dia

Achados e perdidos



Sublimação da democracia

A A sublimação da democracia num Estado Republicano

Democrático de Direito são as eleições, onde os cidadãos têm um momento pessoal e particular com sua responsabilidade diante da sociedade em que vive, como participante e como fator de decisão do futuro do município, do Estado e do país. Vivemos e concluímos as eleições municipais dias 15 e 29 de novembro, em que foram eleitos democraticamente os novos prefeitos e vereadores que responderão pelo Executivo e Parlamento municipais.

Nós, da APM, queremos reverenciar todos aqueles que encerram seus mandatos, sem iniciar um novo. E da mesma forma, reverenciar todos aqueles que foram reeleitos e de maneira mais especial aqueles que foram eleitos para um primeiro mandato, o que comprova e reafirma o conceito de que o novo sempre vem.

Estes novos gestores municipais já assumem com desafios superlativos, como a ameaça cada vez mais presente da segunda onda da Coronavírus, que os obrigará a iniciativas de fechamento de comércio, restrições de circulação, lockdown e fique em casa, para cumprir os ditames da ciência e impedir

ao máximo uma segunda contaminação em massa. E esse desafio vai de encontro a um outro desafio igualmente grande, o da recuperação social e econômica, da retomada do emprego, da qualidade de vida, que são exigências claras mostradas pelos eleitores nas urnas. Embora cada qual tenha a missão em seu quadrado, sabemos que a gestão pública municipal depende também de uma unidade das ações dos municípios, no sentido de brigar, lutar e buscar melhorias que digam respeito a todos, que seja de interesse comum dos municípios, como por exemplo, a liberação das vacinas, a conquista de recursos, quer seja do governo federal ou estadual, para auxiliar no enfrentamento da crise. E essa unidade tem que ficar cada vez mais explícita e acordada entre estes gestores municipais, para fortalecer o movimento municipalista, através de suas entidades municipalistas.

A nível nacional, nós, da APM, temos uma harmonia e identidade de princípios e propósitos, além do engajamento político, com a Confederação Nacional de Municípios, liderada pelo gaúcho Glaudemir Aroldi, que comanda a entidade com uma lealdade admirável e elogiável aos princípios, teses,

“

**(Não seja
você quem)**

ama o passado

E que não vê

que o novo,

o novo

sempre vem

”

Belchior

bandeiras, reivindicações ditados pelo Conselho Político da CNM, composto pelos presidentes de todas as entidades estaduais do país. Temos, no Estado de São Paulo, como nave-mãe do movimento municipalista, a nossa Associação Paulista de Municípios, fundada em 1948 e que, portanto, há 72 anos, é tida, aceita e reconhecida como a legítima representante e porta-voz dos anseios, angústias, necessidades e interesses dos municípios paulistas, junto aos órgãos estaduais e federais. Com a Constituinte de 1946, houve a volta do poder



Carlos Cruz
Presidente da APM

legislativo ao ordenamento jurídico nacional, suprimido pela Constituição de 1937. Diante dessa nova realidade política, havia uma desinformação de como seria o trato, doravante, da ordem jurídica. Antes, não havia câmaras municipais, nem assembleias legislativas e câmara dos deputados. Presidente, governadores e prefeitos governavam por decreto. Um grupo de democratas do Estado de São Paulo se organizou em torno de um movimento denominado Bandeira Paulista, e percorria o Estado, conversando com esses agentes políticos, orientando e esclarecendo dúvidas de como seria o relacionamento Executivo-Legislativo, harmônico, mas independente. Esse movimento foi tão bem sucedido e fortalecido, que no dia 30 de outubro de 1948, foi

formalizado com a fundação da Associação Paulista de Municípios, que de lá para cá tem cumprido esse desiderato e está presente em todos os grandes movimentos legalistas do país, quer seja na morte de Getúlio, renúncia do Jânio, na posse de João Goulart, revolução de 64, no Ato Institucional 5, Lei de Anistia, Diretas-Já e tantos outros movimentos nascidos no seio da sociedade. A APM sempre esteve presente, atuante e sempre muito marcante. Assim como, nunca se afastou da briga, defesa, luta e conquistas que beneficiaram os municípios na sua parte tributária, financeira, social, jurídica e política. Deixamos como mensagem principal a estes gestores que no dia 1º de janeiro tomarão posse, no sentido de prestigiar a Associação Paulista de Municípios, porque ela tem uma pauta extensa de lutas para esta próxima legislatura e gestão. E os prefeitos, prestigiando ou não a APM, serão beneficiados pelas suas ações. Mas lembrem-se: se não prestigiar, nossa luta será muito dificultada, embora não se prejudique a se favorecer delas. Mas se prestigiar a APM numa ação conjunta, fortalecerão a entidade e, por consequência, darão maior legitimidade na sua luta pelo engrandecimento e fortalecimento dos nossos municípios.

REVISTA MUNICÍPIOS DE SÃO PAULO

SETEMBRO/OUTUBRO
2020

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Flávio Lamas

DESIGN GRÁFICO

Ana Paula P. de Moraes

IMPRESSÃO

Lince Gráfica e Editora
www.lincebr.com

Tiragem: 10.000 exemplares

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e
números atrasados:
(11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

Comentários sobre conteúdo,
sugestões, críticas e release:
imprensa@apaulista.org.br

PUBLICIDADE

CEAME - (11) 3063-5775
ceame@ceame.com.br

Revista Municípios de São Paulo, não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos e matérias assinadas, que expressem apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.



Vinhedo

Curso Técnico

Em convênio firmado entre a Prefeitura de Vinhedo e o Centro Paula Souza, a Etec Benedito Storani, vinculada à Escola Municipal Dom Mathias, abre novas vagas para Técnico em Administração. O curso é gratuito e tem duração de 18 meses. As inscrições podem ser feitas somente pelo site www.vestibulinhoetec.com.br até às 15h do dia 14 de dezembro.

Jales

Caminho Certo

A Prefeitura de Jales está em fase de conclusão das obras que vão solucionar um antigo problema na estrada rural Jal 444, beneficiando cerca de 200 produtores rurais que moram ou possuem propriedades naquela região. Nos locais foram desenvolvidos desde quebra de barrancos à realização de terraços para escoamento das águas das estradas. Também foi feita a impermeabilização com a aplicação de material inerte de acabamento com a utilização de material proveniente de resíduos de construção triturado. É a garantia do direito de ir e vir com mais segurança para a população.

Presidente Venceslau

Lixo Verde

A Prefeitura de Presidente Venceslau através da Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente comunicou que, a partir de novembro, o recolhimento de resíduos verdes deve ser solicitado pelo número de telefone (18) 3272-1088. É importante destacar que o lixo verde não deve ser descartado de qualquer maneira nas ruas ou lixeiras. O material, quando tem descarte correto, pode ser reutilizado de diversas formas, um exemplo é na preparação de adubo orgânico para solo.

Santa Fé do Sul

Viagem literária

A Biblioteca Municipal da Estância Turística de Santa Fé do Sul, através da Secretaria Municipal de Cultura, recebeu o primeiro módulo da Viagem Literária no mês de novembro com poesias, oficinas e bate papos com escritores. Esse programa começou em 2008, até o ano passado, percorreram 218 municípios paulistas, Foram bate-papos, oficinas, rodas de contação de histórias e outros eventos que fizeram conhecimento e afeto circularem no Estado de São Paulo.

Morro Agudo

Poço Profundo

A obra do novo poço profundo que abastecerá o centro da cidade de Morro Agudo, atingiu uma nova fase. As obras serão realizadas em ritmo acelerado, 24 horas por dia, sem interrupções. Vale lembrar que, atualmente, o centro da cidade é abastecido com água tratada proveniente da área de captação da barragem do Centro de Lazer Municipal, que representa 30% do total da cidade. Esta obra beneficiará mais de 4.000 moradores do centro.

Olímpia

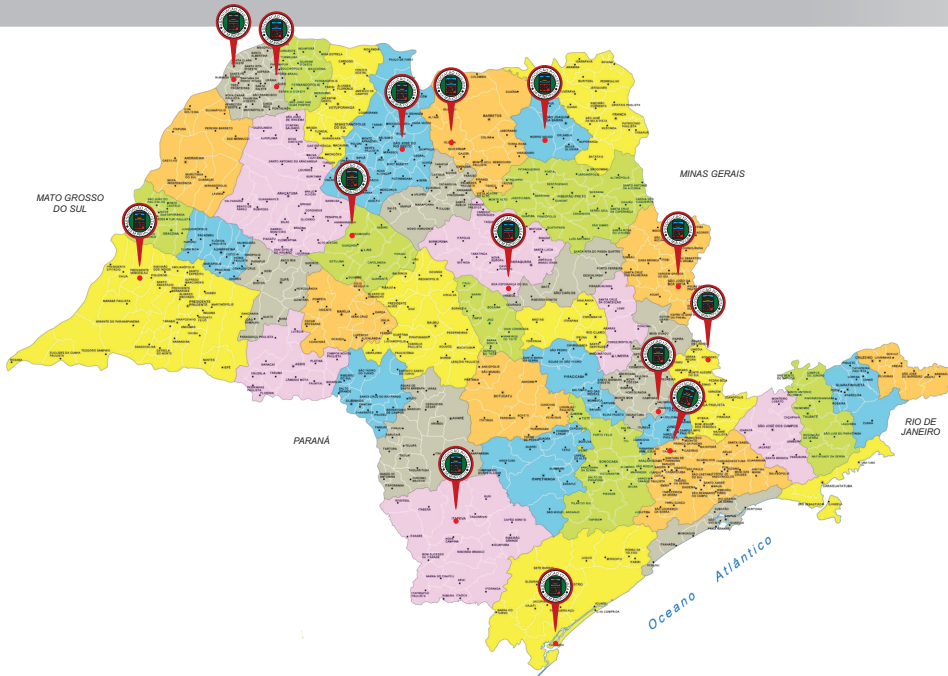
Academia da Saúde

A Secretaria de Saúde de Olímpia ampliou os horários e as atividades oferecidas na Academia da Saúde. A melhoria foi possível devido à contratação de um Educador Físico, que montou uma nova grade de exercícios e treinos. A medida busca facilitar e incentivar a prática de atividades físicas em todas as idades. Para mais informações, os interessados poderão entrar em contato com a Secretaria de Saúde pelo telefone (17) 3279-1400.

São João da Boa Vista

Mais que beleza

Manicures, pedicures e podólogos de São João da Boa Vista estão sendo orientados pelo Departamento Municipal de Saúde para que façam os exames gratuitos de HIV, Sífilis e Hepatites B e C, como forma de prevenção. A proposta está inserida na campanha “Mais que Beleza”, elaborada e coordenada pelo setor de Vigilância em Saúde do Trabalhador, que emitirá certificado aos participantes, como forma de incentivo.



Promissão **Sarjetão**

Através da Secretaria de Obras, a prefeitura de Promissão construiu mais dois Sarjetões, que foram feitos de acordo com estudos prévios, baseados nos locais que mais sofrem com a incidência das chuvas e têm o escoamento de água prejudicado. Eles são construídos para coletar e conduzir as águas superficiais até elementos de drenagem, como bocas de lobo, além de encaminhar a água da chuva para o sistema de águas pluviais.

São José do Rio Preto **Formação Continuada**

A Secretaria de Educação de São José do Rio Preto realizou uma discussão nas redes sociais sobre o papel do Coordenador Pedagógico na formação continuada na Educação Infantil. Esse debate foi de grande importância para discutir vários assuntos, entre eles: como valorizar os saberes de todos e de cada um, como apoiar os professores e ajudá-los a avançar em seus conhecimentos e como organizar o cotidiano para uma formação consistente.

Cajamar **Reforma Escolar**

Com a suspensão das aulas presenciais a Prefeitura de Cajamar intensificou o cronograma de revitalização das escolas municipais e está realizando a reforma de diversas escolas de maneira simultânea, adequando todas as unidades dentro dos padrões de qualidade do Colégio do Futuro. Este novo formato educacional promoveu um conjunto de melhorias incluindo material apostilado, kit de material escolar e todos os alunos receberam um kit completo de uniformes e mochilas pela primeira vez.

Socorro **Exposição Natalina**

O Museu Municipal “Dr. João Baptista Gomes Ferraz”, da estância de Socorro, realizará a exposição coletiva “Santos, Reis, a folia vem cantando e trazendo alegria” até o dia 16º de janeiro. A exposição, conta uma linda história de natal, que trazem como tema o nascimento de Jesus. A exposição faz parte da programação do Luzes de Natal de Socorro, projeto natalino considerado um dos mais belos do Brasil.

Boa Esperança do Sul **Cidade em obras**

As obras em Boa Esperança do Sul não param, várias obras estão em andamento neste final de ano. O intuito é deixar a cidade cada vez melhor, e sendo assim a Prefeitura tem realizado, constantemente, a manutenção e reforma de praças, troca dos bancos e manutenção geral.

Itapeva **Mudas Nativas**

Por meio do Departamento do Meio Ambiente, a Prefeitura de Itapeva deu início ao Projeto de Arborização na Praça de Eventos Zico Campolim, com o plantio de 35 mudas de árvores nativas. Trata-se de um projeto em que mais 200 mudas serão plantadas no município, compreendendo as praças públicas, áreas verdes e canteiros. Os benefícios da arborização urbana são inúmeros, pois vão desde a estabilidade climática até a melhoria da qualidade do ar, além de auxiliar na conservação do meio ambiente.

Cananéia **Atletas do futuro**

No mês de novembro, a Prefeitura de Cananéia, assinou um convênio com o Sesi-SP para o Programa Atleta do Futuro. Além de Cananéia outras 17 cidades do Vale do Ribeira irão participar dessa parceria para desenvolver o esporte e a cidadania de crianças e adolescentes em seus municípios. Além de introduzir a prática esportiva aos participantes, os alunos recebem orientação em temas como saúde, trabalho, consumo consciente, meio ambiente e pluralidade cultural, dentre outros.

As Prefeituras que quiserem enviar noticiário para esta coluna, favor encaminhar os textos para o e-mail: giromunicipal@apaulista.org.br

As eleições da pandemia

Eleições 2020

Por Flávio Lamas

Os 5.568 municípios brasileiros escolheram seus prefeitos, prefeitas, vice-prefeitos, vice-prefeitas, vereadores e vereadoras nas eleições municipais de 2020, com posse em 1º de janeiro. No Estado de São Paulo foram 645 cidades. “Esta eleição foi totalmente atípica, por causa da pandemia, mas acima de tudo prevaleceu o cumprimento das regras democráticas”, ressaltou o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Carlos Cruz, ao cumprimentar todos os eleitos. “Nossos votos são de que cada dirigente e cada legislador tenha consciência das enormes dificuldades que enfrentarão pela frente, porque as prefeituras estão em situação econômica difícil e, sem dinheiro, é muito difícil fazer frente às demandas que a população apresentou durante o processo eleitoral”, completou Cruz.

O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Glademir Aroldi, também frisa a preocupação com as gestões sem recursos. “Atuamos junto aos três Poderes a fim de conseguir vencer os desafios impostos por uma Federação com fortes desequilíbrios, que impactam o desenvolvimento econômico e social dos Municípios e, consequentemente, do país. Não há caminho próspero de crescimento sem o fortalecimento dos Entes locais”, disse.

A pandemia de Covid-19 se tor-

nou um fator importante na eleição municipal deste ano. Tanto em relação ao comparecimento do eleitorado, dada as preocupações com contágio, quanto acerca da resposta nas urnas às estratégias adotadas por prefeitos que tentavam a reeleição.

Para parte dos cientistas e analistas políticos, a pandemia acabou ampliando a liderança dos prefeitos e, por extensão, o impacto eleitoral de suas medidas contra a doença. Isso envolvia rigor das medidas de distanciamento social.

Sete votos definiram a eleição do prefeito mais jovem do país

Cada voto faz diferença para definir o resultado da eleição. Prova disso aconteceu na cidade de Conchas, Estado de São Paulo, onde o jovem Júlio Tomazela Neto, de 21 anos, conseguiu ser eleito prefeito pela diferença de apenas sete votos e é considerado o mais novo da história da cidade a ocupar o cargo. “Na hora da apuração o coração estava a mil. Eu achava que a disputa seria apertada, mas não imaginei que seria tanto”, disse ele.

Júlio Tomazela, prefeito eleito em Conchas



Recorde de ausências, votos nulos e brancos

As eleições municipais de 2020 registraram um recorde de ausências, votos nulos e brancos e dados oficiais mostram que 30,6% dos eleitores registrados no segundo turno (praticamente o mesmo que no primeiro turno) não escolheram um candidato. É um número elevado e acredita-se que se trata de resultado da pandemia, mas boa parte também se deve ao descrédito dos eleitores nos candidatos.

Esse número representa mais de 45 milhões de eleitores que não fizeram questão de eleger um pleiteante aos cargos municipais, sendo quase 4 milhões que votaram em branco e mais de 7 milhões com votos nulos. É exatamente os votos nulos que mais preocupam os analistas políticos. O novo recorde superou a eleição municipal anterior, que teve 27,8% de ausentes, brancos e nulos somados em 2016.

Durante o primeiro turno, o Estado com o maior número de nulos, brancos e ausentes foi o Rio de Janeiro, onde 39,16% dos eleitores não escolheram candidato, seguidos de São Paulo, com 37,22%, e Rondônia, com 33,1%. Somente com os três Estados, o Brasil registrou 16.490.335 a menos para os candidatos municipais.

O Estado com menos abstenções nos votos foi o Piauí, que conseguiu ter 79,89% dos eleitores comparecendo às urnas e atribuindo o voto a candidatos regionais, tendo apenas 20,11% de ausências, brancos e nulos. Em penúltimo e antepenúltimo estão, respectivamente, o Estado de Tocantins, com 21,84%, e a Paraíba, com 22,42%.



*Ministro
Luís Roberto
Barroso,
presidente
do TSE*

Presidente do TSE faz balanço positivo

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, fez um balanço positivo das eleições municipais de 2020, apesar da pandemia, da concentração de pessoas nas zonas eleitorais e mesmo durante o processo eleitoral, com as campanhas políticas. “Conseguimos adiar as eleições para um momento melhor. Conseguimos um comparecimento considerável para um momento de pandemia. Conseguimos que nosso Plano de Segurança fosse observado. Controlamos a disseminação de notícias falsas e divulgamos os resultados nos mesmos dias das eleições”, ressaltou.

Barroso lembrou que as eleições foram organizadas em meio a uma pandemia e com todas as dificuldades e temores que isso trazia, como uma debandada de mesários e um índice de abstenção totalmente desproporcional, hipóteses que, felizmente, não se concretizaram. “Em uma situação totalmente normal, talvez uma abstenção de 25% fosse motivo de queixa, mas, diante do contexto, consideramos que foi um comparecimento bastante expressivo”, destacou.

Segundo o ministro, o Brasil ainda precisa do voto obrigatório para evitar que se deslegitime a democracia por uma abstenção muito grande, mas nada impede que o voto facultativo seja adotado no futuro. “No Brasil atual, continuo defendendo o voto obrigatório, pois a democracia brasileira precisa de participação”, enfatizou.

Sobre o fim das coligações nas eleições proporcionais, Luís Barroso afirmou que a medida foi um importante avanço introduzido pelo Congresso no processo eleitoral brasileiro, pois dificulta a sobrevivência de partidos minúsculos e de baixa autenticidade programática. Para o ministro, a iniciativa, a médio prazo, também contribuirá para a redução do número excessivo de partidos, fato que acaba criando problemas para o bom funcionamento da democracia.

Barroso também destacou a redução, nas eleições deste ano, no número de ocorrências de crimes eleitorais, como boca de urna, compra de votos e transporte ilegal de eleitores. Ele explicou que o único crime que aumentou está associado a ataques cibernéticos e uso impróprio da internet.



Senadores e deputados federais priorizam saúde no Orçamento de 2021

Dos R\$ 220 milhões a que o colegiado tem direito, R\$ 129 milhões serão destinados para os hospitais que mais prestam atendimento pelo SUS a pacientes do Estado de São Paulo.

**Por Jane Santin e
Joaquim Nogales
especial para a Revista APM**

A Bancada Paulista no Congresso Nacional irá destinar R\$ 129 milhões, dos R\$ 220 milhões a que tem direito no Orçamento da União de 2021, para os hospitais que mais prestam atendimento pelo SUS a pacientes do Estado.

Foram adotados critérios técnicos para definir quais entidades devem ser contempladas e quanto cada uma irá receber. O rateio leva em conta números de internações e volume de produção pelo SUS. A lista com os nomes e valores foi apresentada pela deputada federal Adriana Ventura (NOVO-SP), na última reunião da Bancada, realizada em 09 de dezembro, e beneficia 73 instituições de todas as regiões do Estado.

Este é o segundo ano em que a Bancada Paulista adota esse tipo

de metodologia. A mudança na forma de distribuição dos recursos foi proposta pelas entidades filantrópicas, em 2019, e concretizada no Orçamento deste ano. No entanto, com a pandemia, os recursos que, a princípio seriam utilizados para custeio das operações dos hospitais, foi todo direcionado para ações de combate à Covid-19.



Adriana Ventura, deputada federal



Vinícius Poit, deputado federal

Segundo o coordenador da Bancada, deputado federal Vinícius Poit (NOVO-SP), o objetivo foi contribuir para a aquisição de respiradores, equipamentos de proteção individual dos profissionais e custeio das estruturas de saúde. “A alocação ficou a cargo do Estado, a partir da identificação das regiões mais necessitadas. Além disso, também viabilizamos junto ao Ministério da Saúde

de a doação de 200 respiradores para cidades com situação mais crítica”, lembra.

PÓS-COVID

Para 2021, os recursos da emenda poderão ser aplicados integralmente nas áreas específicas de cada hospital, como oncologia, cardiologia, doenças renais, deficiências física e mental etc. Entre as instituições que receberão a verba, estão alguns dos melhores e maiores hospitais do Brasil. Essas instituições juntas, atendem cerca de 60% de todos os pacientes que procuram assistência pelo SUS, no Estado.

Conforme o presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes do Estado de São Paulo (Fehosp), Edson Rogatti, a pandemia causou um déficit financeiro ainda maior do que as instituições já tinham. “A cada R\$ 100,00 em serviços prestados, o SUS ressarcie apenas R\$ 55,00 aos hospitais. Para cobrir esse déficit, precisamos contar com emendas dos parlamentares e da Bancada, todos os anos. Com a pandemia, os recursos da Bancada, que estávamos esperando para custeio das operações de nossos hospitais, acabou sendo todo direcionado para respiradores. Auxiliou para atender pacientes infectados pela Covid-19, mas faltou para aqueles que tem câncer, sofrem de doença renal, neurológica, entre tantas outras doenças crônicas que têm alto custo de tratamento”.

Para o deputado federal Guiga Peixoto (PSL-SP), a adoção de critérios técnicos e não políticos é a forma mais justa de distribuição dos recursos da Bancada, que



Guiga Peixoto, deputado federal

é dinheiro público. “Sem isso, entidades que não têm padrinho político e que prestam expressivos números de atendimentos pelo SUS poderiam ficar sem recursos”.

MAIS VERBA

Como o Orçamento da União para 2021 ainda não foi apreciado pelo Congresso Nacional, pode haver mudança no valor total das emendas das bancadas. Há uma chance de o recurso chegar a R\$ 246 milhões para cada colegiado. Se isso acontecer, parlamentares paulistas não descartam a possibilidade de contemplarem mais entidades de saúde.

Para o deputado federal Vicentinho (PT-SP), é importante destinar o máximo possível de verba para o setor, uma vez que as instituições que prestam serviços pelo SUS terão maior demanda no próximo ano. Em reunião da Bancada, o parlamentar salientou que o isolamento social e o medo do coronavírus fez com que muitas pessoas deixassem de procurar atendimento médico, neste ano, mas deverão fazê-lo tão logo

se sintam mais seguras. Além disso, milhares de pessoas que tiveram que abandonar seus planos de saúde, por conta da crise econômica migrarão para o SUS. E que as filas dos hospitais que prestam serviços públicos também serão engrossadas por aqueles que foram infectados pela Covid-19 e ficaram com sequelas.

EMENDAS AO ORÇAMENTO

Durante a elaboração do Orçamento de cada ano, os parlamentares se reúnem em grupos do mesmo estado para discutir as chamadas emendas de bancada. O objetivo é atender interesses dos estados com obras e serviços de caráter mais estruturante e deficiências em setores específicos como saúde e educação.

Desde 2015, o pagamento das emendas para a saúde deixou de ser discricionário e se tornou impositivo. Ou seja, de lá para cá, todos os recursos indicados pelos parlamentares para o setor precisam obrigatoriamente ser pagos pelo Governo Federal, garantindo que o dinheiro chegue aos hospitais.



Vicentinho, deputado federal

Bancada Paulista

SENADORES

José Serra
Major Olímpio
Mara Gabrilli

DEPUTADOS FEDERAIS

Abou Anni
Adriana Ventura
Alencar Santana Braga
Alex Manente
Alexandre Frota
Alexandre Leite
Alexandre Padilha
Alexis Fonteyne
Arlindo Chinaglia
Arnaldo Jardim
Baleia Rossi
Bruna Furlan
Capitão Augusto
Carla Zambelli
Carlos Sampaio
Carlos Zarattini

Celso Russomanno
Cezinha de Madureira
Coronel Tadeu
David Soares
Eduardo Bolsonaro
Eduardo Cury
Eli Corrêa Filho
Enrico Misasi
Fausto Pinato
General Peternelli
Geninho Zuliani
Gilberto Nascimento
Guiga Peixoto
Guilherme Derrite
Guilherme Mussi
Herculano Passos
Ivan Valente
Jefferson Campos
Joice Hasselmann
Junior Bozzella
Kimka Taguiri
Luiz Carlos Motta
Luiz Flavio Gomes
Luiz Philippe de Orleans e Bragança
Luiza Erundina
Marcio Alvino
Marco Bertaiolli

Marcos Pereira
Maria Rosas
Miguel Lombardi
Milton Vieira
Nilto Tatto
Orlando Silva
Paulo Freire
Paulo Pereira da Silva
Paulo Teixeira
Policial Katia Sastre
Pr. Marco Feliciano
Renata Abreu
Ricardo Izar
Roberto Alves
Roberto de Lucena
Rodrigo Agostinho
Rosana Valle
Rui Falcão
Samia Bomfim
Samuel Moreira
Tabata Amaral
Tiririca
Vanderlei Macris
Vicentinho
Vinicius Carvalho
Vinicius Poit
Vitor Lippi



Representantes de entidades filantrópicas e deputados da Bancada Paulista

Olhares sustentáveis:

Água limpa e saneamento - ODS6

Nem todo mundo sabe! O Brasil tem importante participação no surgimento das ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU, como conhecemos hoje.

Isso mesmo! É preciso reconhecer o fato, apesar do descaso com que tem sido tratadas em nosso País, as questões de sustentabilidade nos dias atuais. Foi na Eco92, no Rio de Janeiro, que o Desenvolvimento Sustentável surgiu como conceito mundial. Reforçado dez anos mais tarde na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul.

Na Rio+20, em 2012, novamente no Rio de Janeiro, foram lançadas as bases para a criação das ODS e na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da ONU de 2015, surgiu o formato dos 17

ODS que conhecemos hoje.

Signatário do Pacto Global desde 2016, o CRASP verificou que já tinha impregnado em seu inquieto DNA as características basilares das ODS. Trabalhos efetivamente desenvolvidos ao longo dos anos, seja em Projetos implantados pelo Conselho, seja em atividades do Centro do Conhecimento, se mostraram alinhados conceitualmente às ODS.

O Centro do Conhecimento do CRASP engloba 38 Grupos de Excelência, que tratam de temas específicos que envolvam a Administração. São grupos de formação multidisciplinar que atuam com autonomia para conduzir sua produção de conteúdo na sua área de atuação.

Esses conteúdos são compartilhados com o Público em Palestras

e Eventos, como o ENCOAD, apenas para citar esse grande evento anual do CRASP, na área da Administração.

Entre esses grupos está o GPG – Grupo de Excelência do Pacto Global criado em 2016, com compromisso assumido em carta ao Secretário Geral das Nações Unidas, firmada pelo Presidente Roberto Cardoso, quando o Conselho se tornou signatário do Pacto.

Um dos Projetos que ganhou destaque, o da Gestão das Águas Paulistas, de 2019, desenvolvido em parceria com a APM- Associação Paulista de Municípios e apoio da Rede Brasil do Pacto Global da ONU.

O Projeto cresceu, expandiu fronteiras!

Continua cobrindo os 645 Municípios do Estado de São Paulo,



DESPERDÍCIO DE ÁGUA (%)

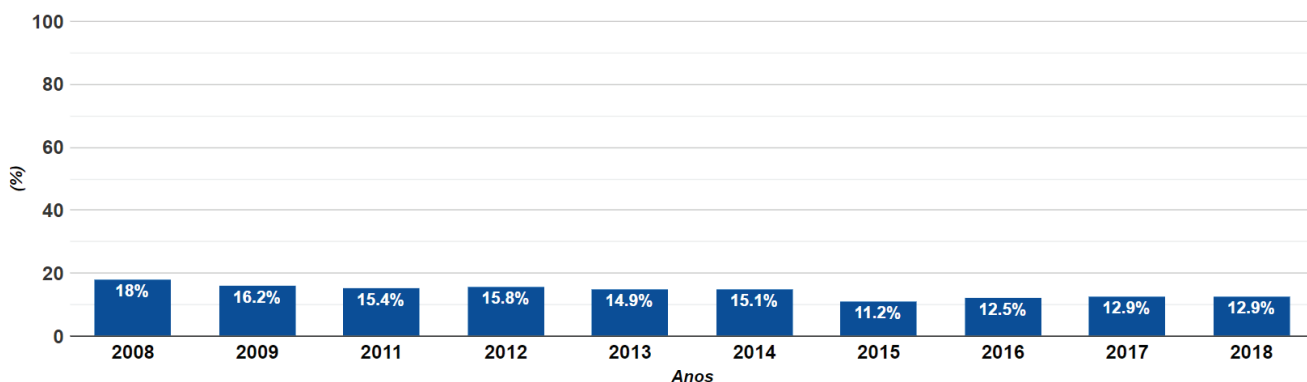


Figura 1 - Indicadores de Desperdício de Água (%), tomando o município de Campinas como referência

COLETA DE ESGOTO (%)

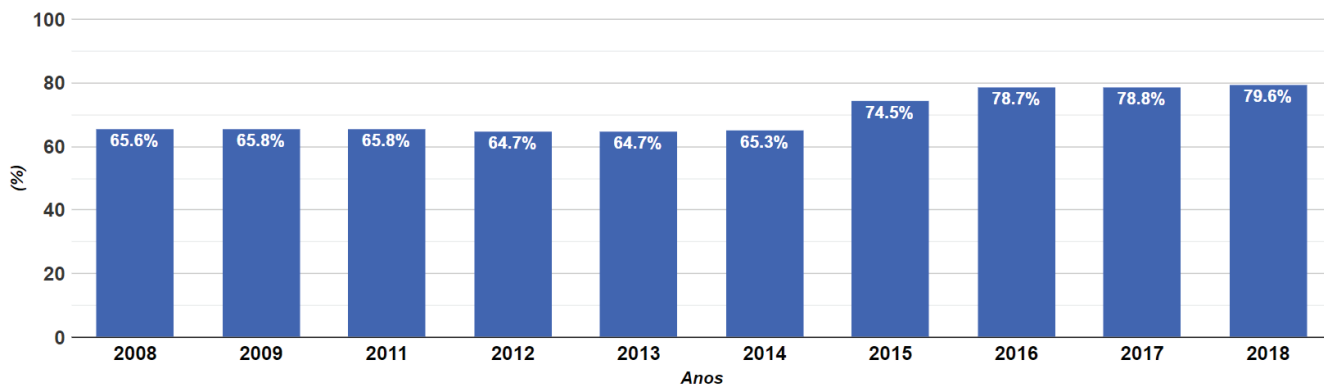


Figura 2 - Indicadores de Coleta de Esgoto (%), tomando o município de Campinas como referência

mas agora expandiu seu raio de ação para os Municípios do Brasil.

Surge em 2020 o projeto INDICADORES DE ÁGUAS E ESGOTOS – BRASIL.

Como relata o Presidente Roberto Cardoso “O projeto Indicadores de Águas e Esgotos – Brasil é mais uma iniciativa social do CRA-SP, com o objetivo de disponibilizar o acesso às informações sobre águas e esgotos de todos os municípios do Brasil, servindo como uma poderosa ferramenta de trabalho para a gestão, fiscalização e estudo destinado aos gestores públicos, pesquisadores, imprensa e, principalmente, para a

sociedade”.

Para entender como funciona, visite o PORTAL DO CRASP no link <http://indicadores-aguas-esgotos-br.crasp.gov.br/>.

Ainda nas palavras do Presidente, “os dados presentes na plataforma são oficiais, disponibilizados pela Secretaria Nacional de Saneamento (SNS), do Ministério do Desenvolvimento Regional, e apresentados pelo CRA-SP em série histórica, de todos os municípios do Brasil, de forma clara e de fácil entendimento”.

Pode-se compreender o valor desses indicadores para o Gestor Público - Prefeitos, Secretários –

que podem pautar seu Planejamento buscando a melhoria dos índices, que são expostos em série histórica, desde 2008, na forma de gráficos ou em planilha excel.

A plataforma disponibiliza os indicadores de:

- **Desperdício de Água (%)**
- **Tarifa da Água (R\$/m³)**
- **Tarifa de Água e Esgoto (R\$/m³)**
- **Coleta de Esgoto (%)**
- **Tratamento de Esgoto (%)**

Com facilidade a plataforma permite comparar a evolução desses indicadores de água e esgoto de seu Município. É simples comparar também seus próprios indi-



TARIFA DE ÁGUA E ESGOTO (R\$/m³)

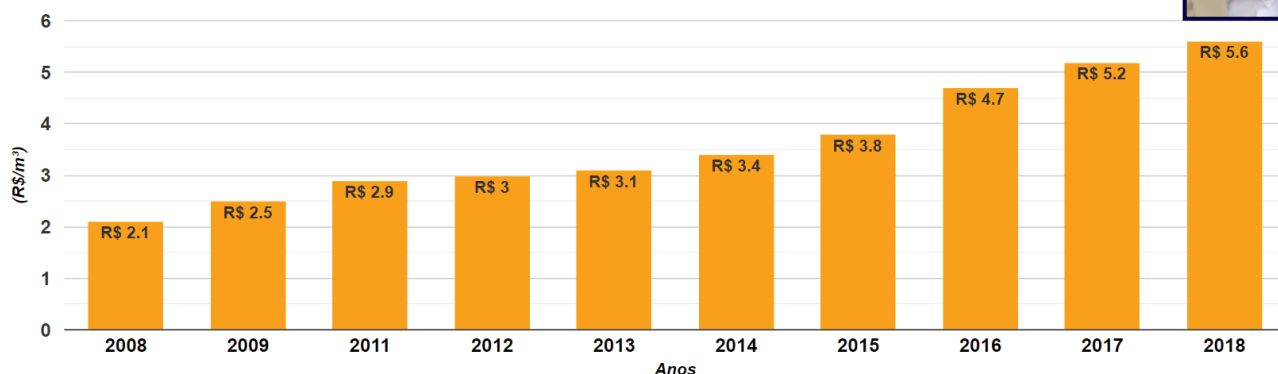


Figura 3 - Indicadores de Tarifa de água e esgoto (%), tomando o município de Campinas como referência

TRATAMENTO DE ESGOTO (%)

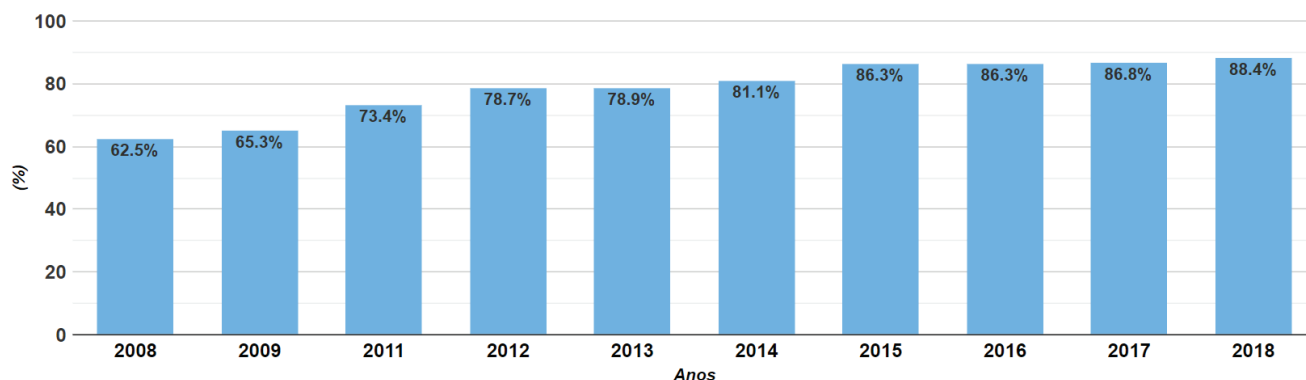


Figura 4 - Indicadores de Tratamento de esgoto (%), tomando o município de Campinas como referência

Projeto desenvolvido pelo:



CRA-SP
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO
A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO



**Indicadores
de Águas e
Esgotos-Brasil**

Apoio



Pacto Global
Rede Brasil



cadores com os de Municípios de mesmo tamanho, na mesma região.

Para o Cidadão, conhecer os indicadores de seu Município, poder fazer comparações, vai despertar o interesse de ações sustentáveis na utilização da Água. Pode propiciar cobranças de melhoria de desempenho, com critérios objetivos. E devem inspirar, também, o uso responsável de um bem hoje reconhecido como finito – a ÁGUA!

Rogério Góes é cofundador e diretor de Relações Institucionais do Instituto Articule e Conselheiro do CRASP.



Suporte Tecnológico à regularização fundiária urbana: laudo geológico-geotécnico, hidrológico e ambiental

Por Priscila Ikematsu, Alessandra Cristina Corsi, Eduardo Soares de Macedo, Guilherme de Paula Santos Cutolo Cortez, Mariana Hortelani Carne seca Longo, Maria Lucia Solera

A dificuldade do acesso à moradia digna é um problema que atinge todas as cidades brasileiras. De acordo com o levantamento preliminar dos aglomerados subnormais realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2019 (IBGE, 2020), foram identificados mais de 5 milhões de domicílios irregulares, sendo um pouco mais de 1 milhão somente no Estado de São Paulo.

A regularização fundiária é um processo que visa legalizar a permanência de moradias que foram instaladas de forma irregular, clandestina ou quando não foi possível a titulação de seus ocupantes, mesmo que atendessem à legislação em vigor à época de sua implantação ou regularização. Os procedimentos para a Regularização Fundiária Urbana (Reurb) estão previstos, no âmbito federal, na Lei nº 13.465/2017 e nos Decretos regulamentadores nº 9.310/2018 e nº 9.597/2018. Duas modalidades de Reurb foram definidas: Reurb de Interesse Social (Reurb-S), quando envolver ocupações informais caracterizadas predominantemente por população de baixa renda; e Reurb de Interesse Específico (Reurb-E), aplicável aos outros casos que não se enquadram em Reurb-S.

De acordo com as exigências normativas, uma das etapas princi-

pal da Reurb é a elaboração do projeto de regularização fundiária. Nos casos de ocupações irregulares em área de risco ou área de proteção ambiental, deverá ser elaborado um estudo técnico para avaliação do risco geológico-geotécnico à permanência dos ocupantes; e/ou um estudo técnico ambiental, quando envolver núcleos urbanos informais em Áreas de Preservação Permanente (APP) – Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável – Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, ou áreas de proteção de mananciais, definidas pela União, Estados ou Municípios.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São (IPT) fornece suporte técnico para subsidiar o rito jurídico-processual exigido em Lei para fins de Reurb, incluindo as análises das situações de risco de escorregamento e inundações (laudos geológico-geotécnico e hidrológicos) e das melhorias das condições de sustentabilidade urbano-ambiental de núcleos urbanos irregulares (estudo técnico ambiental).

Laudo geológico-geotécnico e hidrológico: mapeamento de risco para regularização fundiária

Em núcleos urbanos informais, total ou parcialmente situados em áreas de riscos geológico-geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, a regularização fundiária só será permitida mediante a implemen-

tação das medidas estruturais indicadas nos estudos técnicos elaborados para a eliminação, gerenciamento e mitigação dos riscos. Nos casos onde não é possível extinguir o risco, ou quando se verifica a inviabilidade técnica ou financeira para a execução das melhorias necessárias, deve ser executada a realocação dos ocupantes afetados para que a regularização fundiária seja efetivada.

O mapeamento de riscos realizado pelo IPT é baseado na probabilidade de ocorrência de um acidente associado a um determinado perigo ou ameaça que pode resultar em consequências danosas a pessoas ou bens, dependendo da vulnerabilidade do meio exposto ao perigo e que pode ter seu efeito reduzido pelo grau de gestão posto em prática pelo governo e ou pela comunidade. Considerando a necessidade de obter informações de forma rápida e concisa, a avaliação e a análise de riscos são simplificadas, agrupadas e analisadas qualitativamente, a partir da observação direta em campo da tipologia do processo esperado e sua probabilidade ou possibilidade de ocorrência; da vulnerabilidade dos assentamentos urbanos; e do dano potencial (MACEDO, 2011).

Um estudo realizado no município de Itapevi-SP para fins de Reurb identificou 17 setores de risco alto e muito alto a escorregamento, dois setores com solapamento de margens e um setor de inundação que não poderiam ser regularizados se o município não

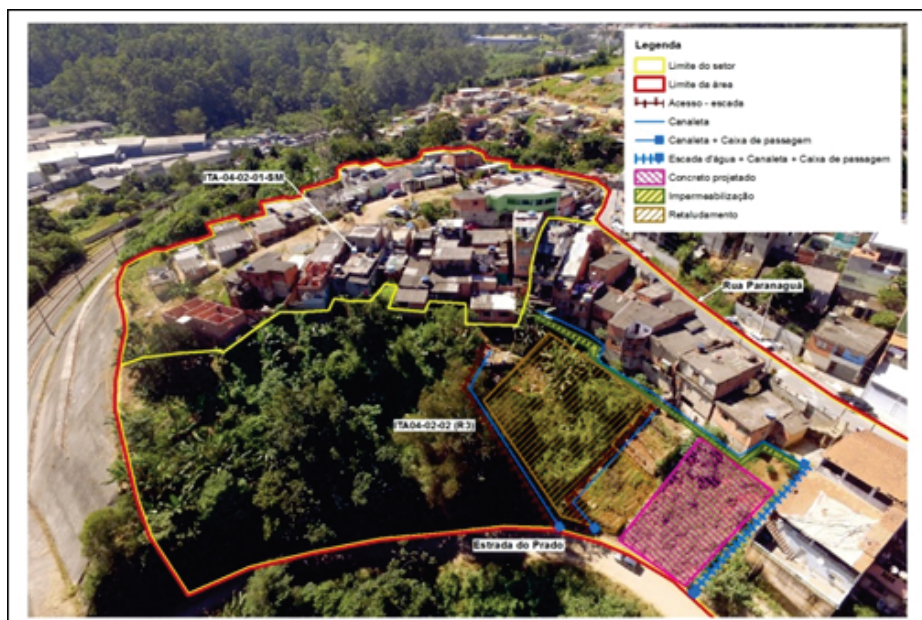


Figura 1 - Exemplo do mapeamento de risco e proposição de intervenções estruturais para fins de Reurb.

procedesse à implantação das intervenções estruturais necessárias à redução dos respectivos graus de riscos (Figura 1). Para os setores indicados como setores de monitoramento, embora não existam restrições legais quanto à sua regularização, foram recomendadas medidas não estruturais visando o monitoramento da área para que situações de risco alto e muito alto não sejam implantadas, como por exemplo, atualização do mapeamento, ações de monitoramentos, formação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC); e implantação de Sistemas de Monitoramento e Alerta (Plano Preventivo de Defesa Civil). Essas medidas, além de auxiliar no controle e mitigação de riscos, atendem ao disposto na Lei nº 12.608/2012, da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. A Figura 1 apresenta um exemplo de área mapeada com a delimitação dos setores e as indicações das intervenções estruturais para redução do grau de risco. Cabe destacar que as intervenções indicadas se relacionam somente com a redu-

ção do grau de risco e não com a urbanização da área.

Estudo técnico ambiental para regularização fundiária

Para a regularização fundiária de núcleos urbanos informais em áreas de proteção ambiental deve-se observar o disposto no Art. 11 da Lei 13.465/2017 e Art. 64 e 65 do Código Florestal – Lei Federal nº 12.651/2012. Nesses casos, é exigido um laudo técnico comprovando as melhorias ambientais advindas da Reurb, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.

O método adotado pelo IPT consiste em análise documental, cartográfica e de campo do núcleo a ser regularizado. A primeira etapa consiste em enquadrar a Reurb em interesse social ou não a partir das informações do poder público municipal. Posteriormente, procede-se a identificação de espaços territoriais ambientalmente protegidos (APP, UCs, mananciais, sítios arqueológicos, bens tombados, terras indígenas, etc.), a leitura de legislações específicas, o levanta-

mento do histórico de ocupação da área, bem como a elaboração de mapas de referência. Para ocupação em APP, consideram-se as categorias e metragens definidas no Código Florestal, ressalvando-se que, para fins de Reurb-S, não há a necessidade de preservar uma área não edificável mínima e em Reurb-E deve-se manter uma faixa de 15 metros não edificável ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água. No caso da incidência de UCs de uso sustentável, procede-se à análise de seu Plano de Manejo e respectivo zoneamento, quando existir, e deve-se contatar o Conselho Gestor da UC, o qual deverá se manifestar em relação ao projeto de regularização.

Em campo, respaldado pela análise documental e cartográfica, identificam-se a situação dos corpos d'água (natural, canalizado, tamponado, retificado), as faixas de APP com ocupação urbana, o uso do solo no entorno da APP, a existência de infraestrutura urbana e de fatores de degradação (descarte de lixo e entulho, lançamento de esgoto in natura, desmatamento, terraplenagem, incêndio, presença de animais vetores de doenças), a ocorrência de processos do meio físico (solapamento de margens, erosão, colapso de edificações, inundação / alagamento), a presença de áreas verdes/áreas permeáveis e o estado de conservação da vegetação. A existência de risco geológico-geotécnico, cujo método foi apresentado no item anterior, também é considerada. Com base nessas informações, é feita a análise das condições de sustentabilidade urbano-ambiental e a proposição de intervenções para melhorias e recuperação de áreas degradadas, se necessário.

O método aplicado em núcleo urbano irregular inserido no Par-



que Estadual da Serra do Mar (PESM), no município de Cubatão (Figura 2), permitiu indicar o grau de consolidação da ocupação, as faixas lindeiras aos cursos d'água com interferência antrópica, as áreas com necessidade de recuperação ambiental e urbana e as áreas passíveis de Reurb-S. Nas porções das APPs hídricas ocupadas por vegetação natural nos estágios iniciais da sucessão ecológica, foi indicado o monitoramento e a não ocupação dessas áreas, com ações educativas de conscientização. Um setor de Risco Alto (R3) foi identificado, tendo sido recomendadas ações de remoção da vegetação arbustiva, de material solto e dos blocos de pequenos volumes; a avaliação da estabilidade dos blocos com maior diâmetro; a execução de drenagem superficial no topo do talude; e condução correta das águas proveniente dos vazamentos de caixas d'água e mangueiras no topo do talude para que a Reurb fosse efetivada.

Ações de melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental já haviam sido executadas no núcleo, como consolidação

geológico-geotécnica, pavimentação, drenagem e implantação de rede coletora de esgoto. Nesse contexto, o processo de regularização poderia trazer mais benefícios à área, no que diz respeito à redução do grau de risco geológico-geotécnico na área e à restauração ecológica das APPs remanescentes, ficando assegurada a não ocupação dessas áreas e garantindo a manutenção da provisão de suas funções ambientais. Em relação ao PESM os benefícios são associados ao controle dos fatores de pressão, por meio da coibição da expansão urbana (por exemplo, novas moradias em áreas irregulares) e de programas de educação ambiental. Para a recuperação das áreas degradadas remanescentes recomenda-se, ainda, a adoção de tecnologias sustentáveis, como a infraestrutura verde, que na escala local abrange, primeiramente, a manutenção das florestas ripárias, mas também a arborização urbana, a conexão entre os parques e áreas verdes, pavimentos permeáveis e outras práticas de infiltração da água de chuva, colaborando com o cumprimento dos Objeti-

vos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (IPT, 2020).

Conclusões

A regularização fundiária é um instrumento de cidadania dos mais importantes e sua adequada execução garante dois direitos fundamentais: a moradia digna e o meio ambiente urbano sadio e equilibrado. Os dois estudos técnicos aqui mencionados e a solução dos problemas encontrados são condição “*sine qua non*” para que a regularização fundiária urbana atinja, de fato, os objetivos definidos na Lei Federal nº 13.465/2017.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da União, Brasília, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da União, Brasília, 2012a.

BRASIL Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC. Diário Oficial da União, Brasília, 2012b.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018. Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União. Diário Oficial da União, Brasília, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aglomerados subnormais 2019 : classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à COVID-19 : notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPT - INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Guia Metodológico para Implantação de Infraestrutura Verde. (livro eletrônico). São Paulo: IPT: FIPT, 2020.

MACEDO, E. S.; CANIL, K. ; GRAMANI, M. F. . Instrumentos para gestão de áreas de risco em assentamentos urbanos precários. In: USSIER, J. L.. (Org.). Temas de direito urbanísticos 6. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011, v. , p. 121-137.

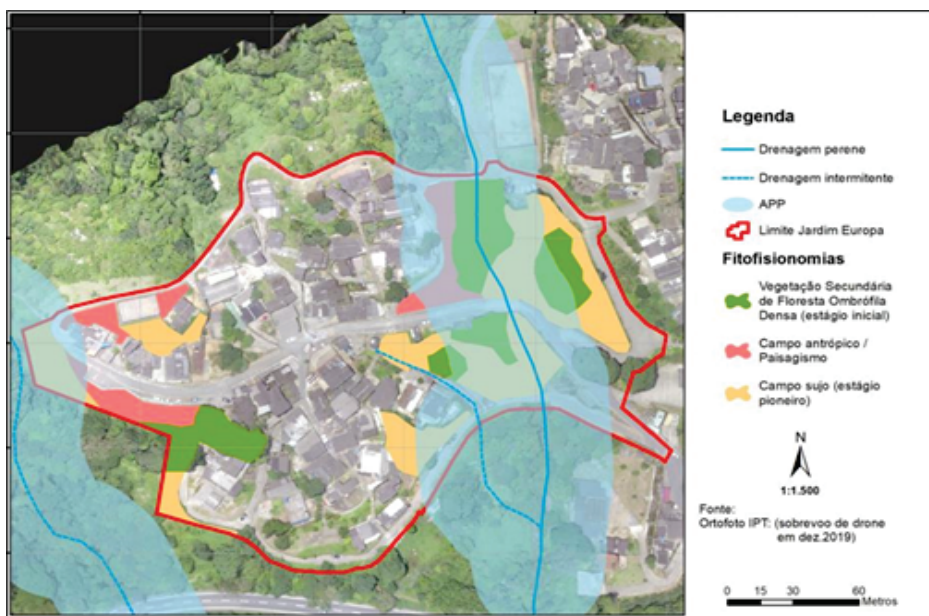


Figura 2 - Exemplo dos estudos ambientais para fins de Reurb-S.



Os novos prefeitos e o saneamento básico municipal

Já está em vigor desde 15 de julho de 2020 a nova lei que disciplina o saneamento básico no país.

Assim como a maioria dos diplomas legais, o marco regulatório não poupou os Municípios de uma série de medidas custosas e relevantes, indispensáveis para o alcance das melhorias que se busca atingir no setor.

Especificamente nesse momento de transição governamental, o novo marco merece atrair a atenção dos novos prefeitos, uma vez que algumas providências foram imputadas aos Municípios com prazo determinado para o seu efetivo cumprimento.

Uma delas diz respeito à universalização dos serviços de saneamento básico, que incluem abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

A Lei determinou que os Municípios terão até 31 de dezembro de 2033 para garantir a 99% da população o acesso à água potável e a 90% da população a coleta de tratamento de esgotos.

Daí decorre uma providência muito importante também imposta pela Lei aos Municípios, que é a de incluírem essas metas nos contratos atualmente em vigor, o que deverão fazer até 31 de março de 2022.

Em outras palavras, nos Muni-

cípios em que os serviços de saneamento são prestados por meio de contrato, uma das primeiras providências a ser adotada será conferir o que diz esse contrato em relação à meta a ser atingida.

Nos contratos que não possuem essas metas os Municípios

dezembro de 2033.

A própria Lei sinaliza a maneira pela qual os Municípios poderão atingir essas metas.

Uma delas será prestando diretamente a parcela remanescente referente à meta a ser alcançada; alternativamente, o Município também poderá promover uma licitação complementar para o atingimento da totalidade da meta; ou, ainda, realizar o aditamento do contrato que está em vigor para associar esse acréscimo, admitindo eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

Não sendo o serviço prestado de forma direta, o prestador deverá comprovar a sua capacidade econômico-financeira para alcançar as novas metas previstas.

Tais providências deverão, portanto, estar entre as preocupações dos novos prefeitos em relação ao saneamento básico municipal, tendo em vista a obrigação de sua adoção durante o primeiro ano de mandato.

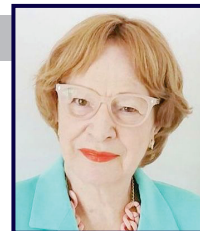


terão até 31 de março de 2022 para viabilizar essa inclusão.

Caso esse contrato atualmente em vigor tenha sido celebrado por licitação e tenha metas diversas daquelas que foram estabelecidas pela Lei, esses contratos permanecerão inalterados.

Mas os Municípios deverão buscar alternativas para atingir as metas estabelecidas pela Lei, ou seja, oferecer a 99% da população o acesso à água potável e a 90% da população a coleta de tratamento de esgotos até 31 de

Isabela Giglio é advogada especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora do livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e co-autora do livro “Vinte Anos de Constituição” e “O Marco Regulatório do Terceiro Setor” (isabela@conam.com.br).



Bem vindos gestores (as) municipais

No ano que vem, 2021, vai se iniciar a nova gestão municipal 2021/2024, certamente a mais desafiadora do século. Parabéns aos eleitos e aos reeleitos que conseguiram em meio aos desafios da pandemia, ter sua gestão reconhecida. Tanto o Executivo quanto o Legislativo certamente enfrentarão o “NOVO” e ele é preocupante.

Com a sociedade desestruturada pelos fatos inesperados ocasionados pelo Coronavírus, muito a o que se fazer para o seu reequilíbrio. Difícil foi para os atuais gestores que escolheram a vida humana em vez da economia e que como resultado tiveram seus orçamentos ainda mais reduzidos pois não produzindo não tiveram IPI, não vendendo não tiveram ICMS. Mas, “o brasileiro é antes de tudo um forte”, disse o historiador no passado. E é com essa certeza que como municipalista acredito que as dificuldades, não de imediato pois elas são muitas, serão enfrentadas e para elas encontradas alternativas, se não, soluções.

Mas para isso é preciso a colaboração e compreensão de toda a sociedade: votamos, elegemos e agora passamos, como cidadãos, a ter a mesma responsabilidade dos eleitos, cumprindo nossos deveres para que tenhamos nossos direitos garantidos. Se não me engano foi Kennedy que disse: “Antes de perguntar o que seu país pode fazer por você, responda o que você pode fazer por ele”. Embora a Constituição de 88 tenha definido que as políticas públicas sejam elaboradas pelo Legislativo



- são elas que determinam esses direitos - a contribuição do cidadão é fundamental. Primeiro conhecendo a estrutura, o funcionamento e o que compete às entidades públicas, municipal, estadual e federal. E depois estabelecer diálogo com os que receberam seu voto, mas com conhecimento de causa e com propostas que melhorem o coletivo.

Com esse conhecimento e disposição certamente o cidadão vai poder ajudar seus representantes na Câmara Municipal e no Executivo, a enfrentarem as consequências de um sistema tributário nacional desumano para os municípios, mesmo com muita luta pelo movimento municipalista para uma Reforma Tributária, que viria com uma Reforma Política, fazer justiça.

Mas confio nesses eleitos que se dispuseram a sair da sua zona de conforto para irem às ruas,

conhecer as necessidades da sua comunidade e se dispor a cuidar dela conforme o ideal comum, com a consciência de que as críticas construtivas fazem parte dos direitos e DEVERES dos cidadãos. E confiança nos reeleitos que, com certeza, pela experiência que já tiveram, serão ainda mais bem sucedidos.

Confio também nas Primeiras Damas, nas Presidentes de Fundos Municipais e nas mulheres que comporão a equipe dos eleitos. Sobre o número de eleitas, reeleitas e não eleitas nessas eleições falaremos no próximo artigo.

No momento, parabéns à todas e todos.

Dalva Christofolletti Paes da Silva é do departamento de Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME- Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.



Por
**Marilene
Mariottoni**

CNM e Carta

A Confederação Nacional dos Municípios participou de videoconferência para a elaboração da Carta Brasileira sobre Cidades Inteligentes, representada pela prefeita Daniela de Cássia Brito (Monteiro Lobato) que fez parte do painel do Circuito Urbano promovido pela ONU-Habitat Brasil.

AGU

A Advocacia Geral da União tem promovido eventos gratuitos on-line e abertos ao público em geral. Destaque-se “Implementação em Serviços e Experiências de Gestão Pública com Sustentabilidade”, com Dra. Teresa Villac, Dra. Lourdiane Dias e da moderadora Rita Nolasco.

108 anos

Serão comemorados pela Câmara Portuguesa de Comércio (Presidente Nuno Rebelo de Souza), em live, no dia 23 de novembro, com a entrega da Comenda do Centenário e do Prêmio Personalidade do Ano coletivamente aos Imigrantes Empresários Portugueses.

Desinformação

O Movimento Mulheres da Verdade (Presidente Sileni Rolla) realizou o 3º Encontro Virtual “Como a Desinformação desequilibra as eleições: prejuízo para a sociedade”, moderado por Marilene Mariottoni, com a presença de Fernanda Costa e Luciano Caparroz (MCCE).

Coaching

O Conselho Regional de Administração CRASP (Presidente Roberto Cardoso) vem realizando cursos e eventos gratuitos aos inscritos, estudantes e a comunidade em geral. Sucesso total foi o 4º Simpósio de Coaching, na trilha do ser humano, com palestrantes do Grupo de Excelência em Coaching (GEC).

Paraguaçu Paulista

O município cuja Prefeita é Alмира Garms está realizando uma pesquisa censitária animal em parceria com a Escola Sesi, sobre o abandono de cães e gatos.

CLP

O Centro de Liderança Pública realizou três lives sobre “Os desafios do Servidor Público”, com moderação de Patrícia Vieira e palestras de Vivian Satiro, Aline Cavalcante, Rodolfo Fiori (municipais), Renata Vilhena, Fabrício Santos, (estaduais), Gabriela Lotta e Natasha Nunes (federais).

Fecomércio

A Dra. Cristiane Cortez, do Conselho de Sustentabilidade da Fecomércio, moderou webinar sobre “A participação do comércio na Logística Reversa de Embalagens”, com palestra de Lucas Barbosa, esclarecendo assunto importante aos municípios.

Sábado e domingo

O Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONAPA) foi realizado em 31/10 e 01/11, com coordenação de Carina Beje (IntegRI) e palestras sobre a paradiplomacia e afins, de Soraya Pessino, Charmaine Alves, Thaís Barbosa, Thayná Andrade, Liliana Froio, Gabrielle Guimarães, Rafaela Oliveira e da ex-Senadora Ana Amélia Lemos. Sucesso Total!

Barra do Chapéu

O município recebeu três ônibus escolares equipados com dispositivos de acessibilidade, através do Programa Caminho da Escola, da Secretaria Estadual de Educação. A Prefeita Janete do Amaral informou que praticamente toda a frota municipal está renovada com aquisições e reforma de veículos.

Consumare

A entidade presidida pela Dra. Maria Inês Dolci e que reúne os vários países de língua portuguesa, realizará o Webinar Internacional da Língua Portuguesa sobre Direito do Consumidor – Resolução de Conflitos: da tutela coletiva à individual, em 19 de novembro.

6 Mulheres

Foram nomeadas de uma só vez, para o Conselho Econômico do Vaticano, pelo Papa Francisco.

Live

No início de novembro, Deleagda Rose Corrêa debateu sobre “Direitos das Mulheres na Política Consciente” com a Conselheira Márcia Campos do Conselho Estadual da Condição Feminina (Presidente Mariazinha Hellmeister).

Trabalho infantil

Live do EJUD sobre Aspectos Importantes do combate ao trabalho infantil contou com participações da Juíza de Franca, Dra. Eliana Nogueira, da Dra. Patrícia Therezi, Dr. Domingos Zainaghi e outros, com esclarecimentos sobre o tema.

Nova Independência

O Comitê de Enfrentamento ao Covid 19 do município que tem Thauana Duarte como Prefeita, reuniu-se para novas ações de combate e prevenção à doença, vindo de encontro a recomendação do Ministério Público.

Marilene Mariottoni é 4ª Vice Presidente da APM e as notícias para esta coluna deverão ser enviadas para marilenemariottoni@uol.com.br



Achados e perdidos

O Plano Real foi a décima moeda brasileira e seu lançamento ocorreu no dia primeiro de julho de 1994. Quando apareceu a nota de 100, azul como céu de brigadeiro, o valor dela, realmente, era grande. Não suficiente para adquirir um carro, é verdade; o impressionante bagarote, contudo, dava, com direito a sobras, para uma família pagar as contas essenciais do mês, fazer supermercado pros 30 dias e ainda esbanjar em alguns supérfluos num mundo novo em que um pãozinho custava apenas R\$ 0,05. Nessas condições, aquele homem que tinha rotina despojada, de pessoa sem grandes voos, só poderia mesmo tomar um susto ao entrar; certa manhã, no bar de costume para tomar seu chopinho de antes do almoço.

Ele fazia isso de pé, junto do balcão, saboreando a espuma cremosa. De repente, resvalando a vista pelo chão do estabelecimento vazio, avistou, junto ao pé de uma das mesas, dobrada, uma nota de 100. Seu coração imediatamente deu uma disparadinha e seu primeiro impulso, diga-se a verdade, foi se curvar a juntar. Mas se limitou a plantar seu pezão de sapato

44, bico largo, sobre o dinheiro. Arrastando-se novamente para junto do balcão.

Agora, contrariando o hábito de somente um chopinho de antes do almoço, pede outro. Afinal, precisava ganhar tempo para embolsar; sem chamar atenção de ninguém, a bufunfa que mantinha capturada sob a sola.

Ao chamar o terceiro chope o funcionário do balcão, que o conhecia há séculos, comenta, em tom de pergunta:

— Alguma comemoração, doutor?

— Pode ser... — O camarada vagueia.

Nessa altura dos acontecimentos o boteco enchera, de forma inapelável. Inclusive junto do balcão, ao qual nosso herói permanecia grudado, literalmente grudado com o enorme pé em cima da fantástica nota azul.

“Não, agora não dá — ele pensa — se eu apanhar agora metade desse povo que tá aqui vai ver”...

Enquanto isso os três chopos que o camarada já tomara com o estômago vazio passaram a conferir a tonteirinha leve, tradicional. Nisso seu olhar resvala sobre o

relógio na parede, o que o leva a concluir que não poderia permanecer ali para sempre perdendo, inclusive, a hora do almoço.

Assim, a resolução, afinal, saiu: pegaria a grana de qualquer jeito. E ia se abaixar com este objetivo, no instante em que um sujeito encosta ao lado e pergunta ao homem do caixa se ninguém havia encontrado uma nota de 100 que caíra de sua carteira no instante em que por ali passara para um café e um pão com manteiga. Era funcionário de um dos escritórios dos prédios ao redor da praça.

— Só pode ter caído aqui — argumenta — foi o único lugar que entrei antes de ir tirar uns xerox ali do outro lado da avenida. E o dinheiro não é meu, é da firma, tenho duas contas pra pagar no banco.

Com o pé sobre o numerário, o que o mantinha escondido ouvia. Mede o sujeito da cabeça aos pés, e conclui que ele poderia ser tão somente contínuo de algum escritório e, diante de sua cara de angústia, também angústia passou a sentir com o estresse do coitado. Dirige-se a ele:

— Olha, eu, se fosse você, dava uma olhadinha boa aqui pelo chão.

Fala isso depois de atirar uma nota para pagar os chopos e sai, sem olhar para trás. Na mesma calçada diante do bar pega um táxi que ia passando, quando a cédula azul, que ficara grudada com algum resto de chicletes na sola do sapato, cai à sua frente. Já sem remorsos se curvou. Pegou e guardou.



REALIZAÇÃO



64

º CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

DE 19 A 22 DE MAIO DE 2020

Campos do Jordão Convention Center / SP

“ QUEBRA DE PARADIGMAS ”

NA GESTÃO PÚBLICA, de um lado está o convencional, o pensamento linear, e do outro, o espírito criativo, a inovação, a mudança de comportamento.



Prefeito/a.
Faça de sua cidade um destino
conhecido e reconhecido.



O Prêmio TOP DESTINOS TURÍSTICOS é o maior reconhecimento às cidades que investem e acreditam no turismo como um potencial gerador de riqueza e autoestima da população. A premiação elegerá, em até 16 categorias, os melhores destinos do Estado de São Paulo com cerimônia de entrega em janeiro/2021.

**INSCREVA SUA
CIDADE A PARTIR DE
1º DE OUTUBRO DE 2020
E FAÇA PARTE DA
MAIOR PREMIAÇÃO DOS
DESTINOS TURÍSTICOS.**

Acesse: www.topdestinosturisticos.com.br/inscricao2020

REALIZAÇÃO



ENTIDADES PARCEIRAS

